



AJUSTE DIRETO – REGIME GERAL

REF.^a AD 02/2025

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA O
RAMO DE VIDA-MEMBROS**

CONVITE

JANEIRO DE 2025

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. Nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho (doravante designado por CCP), convida-se V. Exas. a apresentarem proposta, em conformidade com os artigos 56.º a 66.º do supracitado diploma legal, para a **“Prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros”**.
2. O presente procedimento encontra-se classificado com o código principal 66510000-8 - Serviços de seguros, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

ARTIGO 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Didaxis – Cooperativa de Ensino, C. R. L., pessoa coletiva n.º 500 341 583, com sede na Rua António Sérgio n.º 188, 4765-213, Riba De Ave, com o telefone: 252 900 450 e endereço de correio eletrónico: dep.compras@didaxis.pt.

ARTIGO 3.º DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Didaxis – Cooperativa de Ensino, C. R. L., em 20 de janeiro de 2025.

ARTIGO 4.º FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

1. Tendo em consideração a não adjudicação do ramo de vida-membros e, conseqüente revogação da decisão de contratar do lote em causa, no âmbito do anterior concurso público, com a referência CPI 03/2024, a Didaxis mantém a necessidade de adquirir uma apólice de seguro para o identificado ramo que lhe permita assegurar o cumprimento das imposições legais nesta matéria.
2. A satisfação da necessidade exige o recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade de a Entidade Adjudicante assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.

3. Aquando do lançamento do concurso público em novembro de 2024 não era previsível a não adjudicação do ramo em causa.
4. Na presente data é possível prever a necessidade de lançamento de procedimentos de prestações do mesmo tipo, suscetíveis de constituírem objeto de um único contrato, em virtude da aproximação do término do prazo das apólices atualmente em vigor. No entanto, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do CCP, a Didaxis está dispensada do cumprimento do disposto no n.º 1 desse artigo, uma vez que:
 - a) O valor base do presente procedimento de ajuste direto – regime geral para a prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros é de 6.917,01€ (seis mil, novecentos e dezassete euros e um cêntimo), inferior a 80.000,00€;
 - b) O valor base do procedimento de ajuste direto – regime geral para a prestação de serviços de seguros para o ramo de acidentes de trabalho é de 8.868,75€ (oito mil, oitocentos e sessenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos);
 - c) O somatório do valor base do procedimento para a contratação da prestação de serviços de seguros para o ramo de acidentes de trabalho com o valor base do procedimento para a contratação da prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros é inferior a 20.000,00€;
 - d) O valor conjunto dos procedimentos em apreço é inferior a 20% do somatório dos preços contratuais relativos a todos os contratos já celebrados nos últimos 12 (doze) meses e do valor adjudicado dos ainda em curso.
5. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea d) do n.º 1 artigo 20.º, todos do CCP.

ARTIGO 5.º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo gestor do procedimento, no uso de competência delegada por deliberação do Conselho de Administração.

ARTIGO 6.º ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. O interessado pode solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de proposta.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados através da plataforma eletrónica indicada no número anterior, por escrito, pelo gestor do procedimento, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo o interessado notificado imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 7.º ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de proposta, o interessado pode apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, uma lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores serão juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo o interessado notificado imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 8.º PREÇO BASE

1. O preço base é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados de mercado, obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP.
3. O preço contratual máximo encontra-se definido na Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos.

ARTIGO 9.º AGRUPAMENTO

Nos termos do n.º 2 do artigo 117.º do CCP a entidade convidada não pode integrar um agrupamento, uma vez que a escolha do procedimento para a formação do presente contrato fundamenta-se na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

ARTIGO 10.º ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para

obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
- c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o operador económico interessado submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

ARTIGO 11.º PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) A data limite de entrega de proposta é até às **17h00m00s do 3.º dia consecutivo**, após a disponibilização das peças do procedimento (Convite e Caderno de Encargos);
 - b) A entrega das propostas do presente procedimento deverá ser efetuada na plataforma de contratação acessível através do sítio eletrónico da plataforma AcinGov, disponível em www.acingov.pt, devendo cumprir com o disposto no Artigo 10.º do presente Convite.
2. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.

ARTIGO 12.º PROPOSTA E DOCUMENTOS QUE A INSTRUEM

1. O concorrente deverá fazer acompanhar a sua proposta, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP e também anexa a este convite, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) **Proposta de preço**, de acordo com o **Anexo IV do presente Convite**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - c) **Certidão permanente da empresa**, ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;
 - d) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa, deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes do(s) mesmo(s) (procuração ou documento equivalente).
 - e) Documentos facultativos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis e que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
2. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
3. Para efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, o concorrente consente na utilização dos dados que apresente, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

ARTIGO 13.º IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

ARTIGO 14.º PREÇOS DA PROPOSTA

1. O prémio comercial e o prémio total deverão ser indicados em algarismos, no máximo com duas casas decimais, e não devem incluir o IVA.
2. Se o prémio comercial e/ou o prémio total forem apresentados com mais do que duas casas decimais, serão arredondados oficiosamente à centésima superior se a milésima for superior ou igual a 5. Caso seja inferior a 5 será arredondado à centésima inferior. Os preços resultantes da retificação oficiosa serão os que vigorarão para a determinação do preço total da proposta, bem como durante a globalidade do prazo de execução do contrato.

3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

ARTIGO 15.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade monofator, designadamente o preço total da proposta, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea b), n.º 1, artigo 74.º do CCP.

ARTIGO 16.º PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

ARTIGO 17.º NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

ARTIGO 18.º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

CAPÍTULO III - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

ARTIGO 19.º ANÁLISE DA PROPOSTA

1. A análise da proposta competirá aos serviços da Entidade Adjudicante, designadamente ao gestor do procedimento, bem como a solicitação de esclarecimentos sobre a mesma e de suprimimento de irregularidades e a submissão do projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.
2. A análise da proposta incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições.
3. A proposta será excluída se a análise revelar qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 146.º por remissão do artigo 122.º do CCP.
4. Se da análise da proposta resultar a verificação de qualquer causa de exclusão, não será objeto de avaliação.
5. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Convite.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 20.º DEVER DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada.
2. Depois de tomada a decisão de adjudicação, por parte da Entidade adjudicante, será a mesma notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.

CAPÍTULO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

ARTIGO 21.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para efeitos de contratação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme **Anexo II** do CCP, que faz parte integrante deste convite, que corresponde ao Anexo II do CCP, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - b) **Declaração** comprovativa da **regularização da situação contributiva** para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) **Declaração** comprovativa da **situação tributária regularizada**, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo de que não se encontra nas **situações previstas na alínea b) e h), do artigo 55.º do CCP**, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;
 - e) Declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio, de acordo com o **Anexo III** do presente Convite, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - f) Comprovativo do **Registo Central de Beneficiário Efetivo** e/ou código de acesso online para consulta eletrónica.
 - g) **Declaração, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF)**, comprovativa de que é titular das autorizações para o exercício da atividade seguradora, no ramo de seguro que lhe foi adjudicado.
2. O órgão competente para decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da

titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

ARTIGO 22.º PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Os documentos de habilitação deverão ser assinados pelo adjudicatário ou por representante com poderes para o obrigar, nos termos do disposto no Artigo 10.º do presente Convite.
4. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.
5. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis.
6. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 4 para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.

ARTIGO 23.º CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de caução, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 24.º CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

1. Não há lugar à adjudicação quando a proposta apresentada seja considerada inaceitável pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 146.º do CCP, por remissão do n.º 2 do artigo 122.º todos do CCP.
2. Constitui igualmente causa de não adjudicação qualquer das condições fixadas no artigo 79.º do CCP.
3. Caso se verifique a não adjudicação, o concorrente será notificado da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

CAPÍTULO VI – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 25.º DISPENSA DA REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O contrato não será reduzido a escrito uma vez que o preço contratual não excede os 10.000,00€ (dez mil euros), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 26.º FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 27.º ENCARGOS DO CONCORRENTE

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução, se aplicável.

ARTIGO 28.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho e demais legislação em vigor.

ARTIGO 29.º ANEXOS

Em anexo remete-se:

- **Anexo I** - Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP];
- **Anexo II** – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP];
- **Anexo III** – Modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses e inexistência de conluio.
- **Anexo IV** - Modelo de proposta de preço;
- **Caderno de Encargos**, inerente ao procedimento em causa, elaborado no âmbito do artigo 42.º do CCP.

O Conselho de Administração,

(Secretária)

ANEXO I

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57]

1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto – regime geral para a “Prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros”, com referência AD 02/2025, lançado pela Didaxis – Cooperativa de Ensino, C.R.L, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do CCP

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e no Artigo 10.º do Convite

ANEXO II

Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 —(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ajuste direto – regime geral para a “Prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros”, com referência AD 02/2025, lançado pela Didaxis – Cooperativa de Ensino, C.R.L, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica.....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e no Artigo 10.º do Convite

**ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e
inexistência de conluio**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato n.º AD 02/2025 relativo à “**Prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros**” lançado pela Didaxis – Cooperativa de Ensino, C. R. L., declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

(assinatura eletrónica do(s) responsável(éis) legal(ais) da empresa).

MODELO IV - Modelo de proposta de preço

_____ (nome do concorrente), com sede _____
(morada do concorrente), pessoa coletiva n.º _____, com uma dimensão _____
[escolher uma das seguintes opções: grande; média; micro; pequena; micro pequena ou média],
obriga-se a prestar os serviços objeto do ajuste direto – regime geral, com referência AD 02/2025
para a “Prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros”, lançado pela Didaxis
- Cooperativa de Ensino, C.R.L, em conformidade com as peças do procedimento, pelo valor
contratual de _____ (extenso), para o prazo de execução máximo de 12 (doze) meses, o qual
inclui taxas comerciais, taxas totais, cargas fiscais e parafiscais, e outros encargos aplicáveis
como custo de emissão de apólices, ou outros que devam ser cobrados à Didaxis, de acordo
com a legislação em vigor, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos
Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas
as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

Ao referido valor contratual global correspondem os seguintes preços unitários apresentados na
tabela abaixo:

DESIGNAÇÃO	Prémio Comercial Anual (€) (no máximo com 2 casas decimais)	Prémio total anual (€)*
Seguro de Vida - Membros	____,____€	____,____€

*O prémio total anual inclui todas as taxas comerciais, taxas totais, cargas fiscais e parafiscais, e outros encargos aplicáveis como custo de emissão de apólices, ou outros que devam ser cobrados à Didaxis de acordo com a legislação em vigor.

Nota: O concorrente apenas deve preencher as colunas das taxas, impostos e outros encargos que sejam aplicáveis.

Mais declara que, no preço contratual acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de
erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Didaxis, nos termos do
disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supramencionadas não incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado por este não
ser legalmente devido.

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo
fixado para a apresentação das propostas.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do
seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(assinatura eletrónica do(s) responsável(éis) legal(ais) da empresa)